

8.

SETEMBRO · 2022

*Ponte de Lima:
do passado ao presente,
rumo ao futuro!*



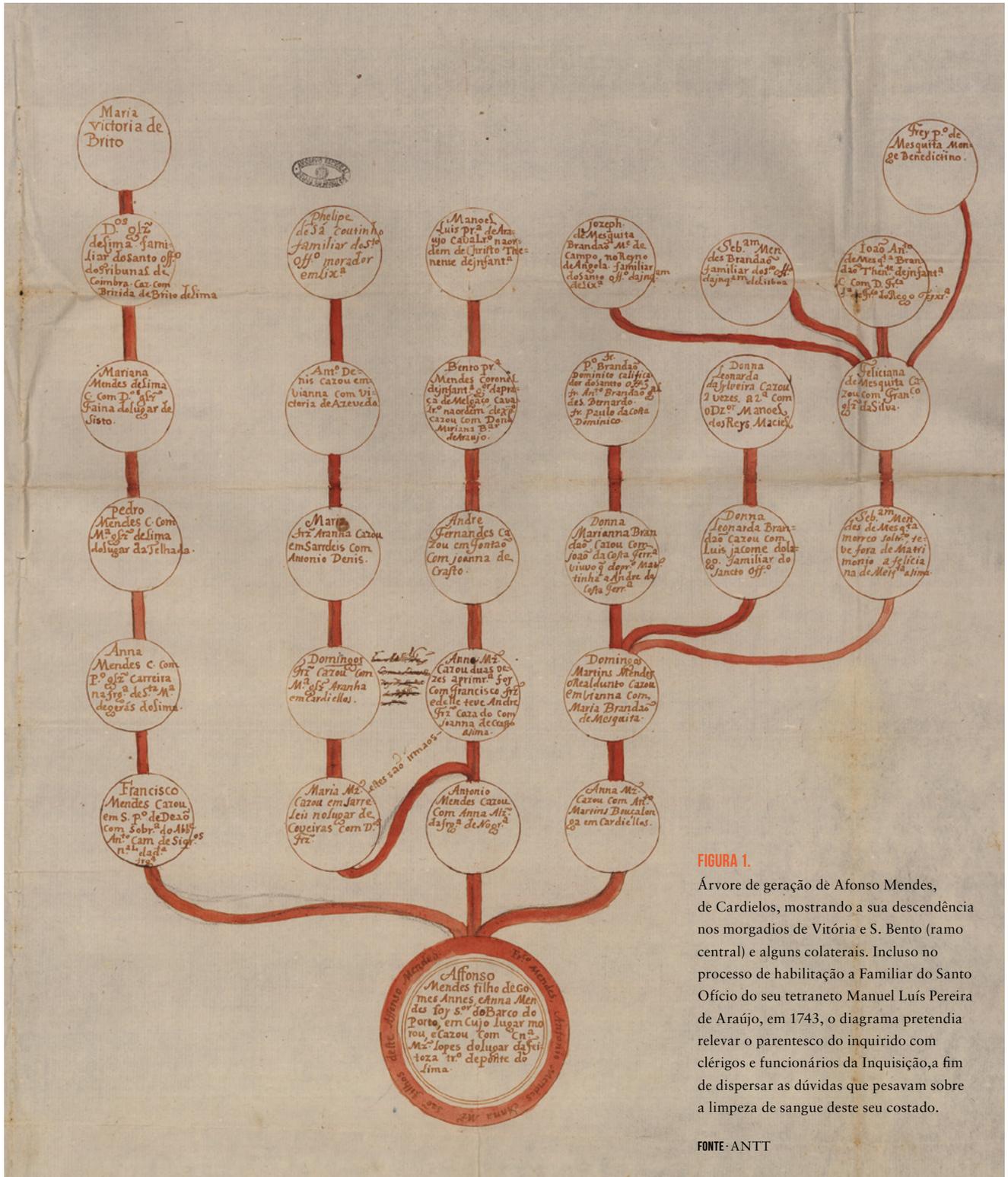


FIGURA 1. Árvore de geração de Afonso Mendes, de Cardielos, mostrando a sua descendência nos morgadios de Vitória e S. Bento (ramo central) e alguns colaterais. Incluso no processo de habilitação a Familiar do Santo Ofício do seu tetraneto Manuel Luís Pereira de Araújo, em 1743, o diagrama pretendia relevar o parentesco do inquirido com clérigos e funcionários da Inquisição, a fim de dispersar as dúvidas que pesavam sobre a limpeza de sangue deste seu costado.

FONTE: ANTT

NO ENCALÇO DUMA MEMÓRIA LIMIANA: RETALHOS ARQUIVÍSTICOS DOS VÍNCULOS DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA E SÃO BENTO DE FONTÃO

CHASING A MEMORY IN PONTE DE LIMA: ARCHIVAL TRACES OF THE ENTAILS OF NOSSA SENHORA DA VITÓRIA AND SÃO BENTO OF FONTÃO

Os pequenos morgadios do Minho, tantas vezes encabeçados em capelas que ainda pontilham o cenário campestre da região, foram uma das marcas distintivas da sua territorialidade senhorial na Época Moderna. Nos casos em que não se destruiu ou dispersou, a sua produção arquivística encerra tipicamente a trama de toda uma gesta social, indestrinçável da memória colectiva dos lugares. As páginas que seguem considerarão duas destas fundações cuja génese permanecia por historiar: os vínculos entrelaçados de Nossa Senhora da Vitória e de São Bento de Fontão, no termo de Ponte de Lima, instituídos respectivamente pelo P.^e António Afonso Crasto e pelo seu bisneto Coronel Bento Pereira Mendes. Servindo-nos de fragmentos do arquivo familiar resgatados pelo Dr. Luís de Figueiredo da Guerra (1853-1931) e dalguma mais documentação

MORGADIO, CAPELA,
CASA SENHORIAL, ARQUIVOS

ENTAIL, CHAPEL,
MANOR HOUSE, ARCHIVES

em fundos públicos, procuraremos aclarar a constituição da casa e a sua evolução entre os séculos XVII e XVIII, devolvendo o volume possível à malha genealógica dos seus primeiros administradores e respectivos perfis sociais. Simultaneamente, e num sentido mais abrangente, é nosso fito ilustrar o modo como a micro-história destas instituições locais pode ajudar a restituir densidade humana à paisagem limiana, facultando um entendimento aprofundado dos sentidos e memórias nela inscritos.

The small entailed estates of Minho, often headed by chapels that still dot the region's countryside, were one of the bastions of its seigneurial territoriality in the Modern Era. When they have not been destroyed or dispersed, their archives typically yield the fabric of a rich social history, inextricably entwined with the broader collective memory of their areas of implantation. The pages that follow focus on two such foundations, which had hitherto remained essentially undocumented: the interconnected entails of Nossa Senhora da Vitória and São Bento of Fontão, in the municipality of Ponte de Lima, settled respectively by Fr. António Afonso Crasto and by his great-grandson Colonel Bento Pereira Mendes. Resorting to fragments of a family archive rescued by Dr. Luís de Figueiredo da Guerra (1853-1931) and by various documentation in public funds, the present article will aim to illuminate the constitution of a propertied household of some local prominence, charting its evolution between the seventeenth and eighteenth centuries — lending a modicum of human depth to the genealogy of its tenants, highlighting their respective social agencies and recovering some of the memories and meanings that they etched onto their physical environs.

MIGUEL AYRES DE CAMPOS TOVAR^[1]

Em hũa quinta no lugar de Bouça Velha

Na freguesia ribeirinha de Fontão, rincão ridente e dadivoso do vale do Lima, perdura ainda — sobrevivente de vários infortúnios — uma curiosa capela de São Bento, precedida por álea de oliveiras antigas e integrada em altivo muro de quinta. Com os dois portões crenelados que a flanqueiam compõe a sua fachada um gracioso frontispício arquitectónico, de recorte distintamente senhoril. O interior é dominado por um invulgar retábulo talhado em granito, de desenho barroco, entretanto despojado da primitiva imagem do padroeiro. Ao lado subsiste um avantajado anexo compreendendo a sacristia, comunicante com o coro-alto. Já a morada propriamente dita foi destruída por inteiro no final do século XIX, e praticamente nada nos é dado saber do seu perfil ou da sua articulação com a parcela remanescente^[2]. À face do adro, duas cartelas epigrafadas, hoje bastante delidas, protestam contra a lei do esquecimento — fixando aos olhos do povo o nome dos fundadores e o teor das suas disposições pias. Reza a da esquerda:

ESTA CAPELA MANDOU FAZER
O CORONEL B[EN]^{TO} P[EREI]^{RA}
M[EN]^D.^{ES} CAVALR.^O DA OR[DEM]
DE X.^{PTO} G[OVERNAD]^{OR} DA

PR[AÇA] DE MELGASO E S[UA]
M[ULH]ER D. MARIANA BARBOSA
E ARAUJO AD 1734.

Na da direita lemos:

E LHE DOTOU PERA SUA FABRICA
ESTA QUINTA [.] TEM TRES MISAS
CERTAS HUA DIA DE NOSA S.^A DA
VITORIA E DE S. B[ENT]^O E DE S.^A
CATHAR[INA].

Pela sua feliz composição e cuidado acabamento, o conjunto tem granjeado a atenção de alguns investigadores da casa nobre na sua vertente formal ou artística. Carlos de Azevedo refere-o, com honras de estampa, no seu clássico *Solares portugueses*, como ilustrativo das engenhosas soluções que o Norte do país vinha desenvolvendo desde o final da era de seiscientos para a portada de aparato em contexto rural — notando a invulgaridade do duplo acesso e da implantação central do templo-zinho^[3]. Também Anne de Stoop o considera, no segundo volume do rico catálogo que consagra à arquitectura senhorial minhota, relevando a qualidade surpreendente que a estrutura assume no seu enquadramento altamente cenográfico^[4]. Já Maria Amélia da Silva Paiva, num estudo tipológico das portadas nobres no concelho de Ponte de Lima, focou a linguagem formal da frontaria, indício do duradouro apelo que a gramática maneirista exerceu junto das elites da região, e arrolou a estrutura como um espécime particularmente feliz do modelo do muro

[1] Licenciado em História da Arte pela Universidade de Oxford, Mestre em Estudos Medievais pela mesma Universidade e Doutor em História da Arte pelo Courtauld Institute of Art, da Universidade de Londres; investigador associado do ARTIS – Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O autor endereça um reconhecido agradecimento ao Dr. Jorge Barbosa Teixeira pelas várias partilhas de informação e trocas de impressões havidas durante a elaboração deste artigo.

[2] Bento Pereira Mendes documenta-se amplamente como assistente na quinta de Bouça Velha, com sua família, a partir do segundo casamento que contrai em 1709, tendo aí nascido e vivido até à maioria todos os seus filhos. A respeito da configuração do edificado então existente, extraímos apenas duma fonte coeva que “[n]em este [coro] nem capela he contigua as cazas da dita quinta”; *vd.* AMCV, FG, doc. 47 P, fl. 1.

[3] AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 83, 152, 168; est. 159.

[4] STOOPE, Anne de – *Arquitectura senhorial no Minho*. Porto: Caminhos Romanos, 2015, p. 365.

“

É neste meio, como veremos, que floresce a notável figura de Bento Pereira Mendes, motor duma renovada afirmação social da família e principal agente da sua efectiva nobilitação.

”



FIGURA 2.

Frontaria do conjunto arquitectónico da quinta de São Bento, com a sua capela e portas cocheiras geminadas; o cruzeiro, para aí deslocado no século XIX, memória a sumida capela de Nossa Senhora da Vitória, no vizinho lugar deste nome, a cujo adro presidia antigamente.

FONTE: Autor

alto ericado de merlões, adossado a capela, que configurou uma das expressões construtivas mais paradigmáticas da fidalguia minhota setecentista^[5].

Ausente das menções publicadas tem estado qualquer consideração aprofundada acerca da realidade familiar e social que este edificado corporiza. Seja embora uma fundação da primeira metade de setecentos, a sua história é inseparável da dum outro morgadio, cujas origens remontavam aos primeiros anos do século XVII: o de Nossa Senhora da Vitória, sediado numa capela dessa invocação que existiu algumas centenas de metros a Nascente, demolida em 1896^[6]. A intrincada trama linguística que une os dois institutos, e a administração dos respectivos patrimónios, aclara-se à luz fornida por um conjunto de documentos salvos da destruição pelo incansável antiquário vianense Dr. Luís de Figueiredo da Guerra — hoje depositado, como os seus demais papéis, no Arquivo Municipal de Viana do Castelo^[7]. Correspondendo ao que teria sido uma parcela importante do cartório da casa, este pecúlio permite-nos reconstituir com segurança, e até com razoável detalhe, a tramitação da propriedade, bem como alguns dos momentos-chave da sua gesta humana.

Gente de fundo modesto e horizontes locais, mas provida dum apreciável património fundiário, os primeiros administradores da capela da Vitória incarnam bem aquele viver honrado que o solo

minhoto soube proporcionar aos seus lavradores mais afortunados, enobrecendo-lhes paulatinamente as casas e revestindo-os, à escala provincial, duma distinta aura de *principalidade*. É neste meio, como veremos, que floresce a notável figura de Bento Pereira Mendes, motor duma renovada afirmação social da família e principal agente da sua efectiva nobilitação. A construção do impactante conjunto de São Bento da Bouça Velha^[8] materializa, assim, um passo decisivo — mas não isolado — do seu percurso histórico, que as páginas seguintes permitirão contextualizar devidamente.

Desembaraçando raízes

A história de que aqui nos ocupamos recua ao primeiro quartel do século XVII, altura em que o P.º António Afonso Crasto vinculou alguns bens em Fontão para fabricar uma capela à porta das suas casas de morada, no lugar então chamado Infesta^[9]. Dedicou-a primeiramente à Natividade da Virgem, mas cedo lhe mudou a invocação para a de Nossa Senhora da Vitória — título mariano à época relativamente recente, irradiado após o triunfo das forças cristãs sobre os turcos na batalha naval de Lepanto^[10]. Conhecemos-lhe o património, bastante magro, constituído por “duas leirinhas no lugar da Orta em Piela onde chamou a vinha alta, e duas leirinhas de tojo no lugar da Seara”, a que juntou “14 carvalhos grandes que estão

[5] PAIVA, Maria Amélia da Silva — *As portadas na arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima estruturas, funções e significados*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2011, pp. 102-103; 203.

[6] AMVC, FG, mç. 795, doc. avulso.

[7] AMVC, FG, doc. 47, sequência corrente de 47A a S e mç. 1050.

[8] Por este micro-topónimo se lhe referem numerosas fontes antigas, mormente o processo de licenciamento da capela, ADB, Registo Geral, liv. 156, fls. 110-114. Só com a consagração do lugar de culto logrou a propriedade, no correr do tempo, a designação coloquial de *quinta de S. Bento*.

[9] ADB, Registo Geral, 19, fls. 13^o-19. Parece ter-se perdido este topónimo, que achamos mencionado apenas nos papéis de fundação da capela; o de Vitória, que o veio substituir, preserva-se sob a forma duma rua assim designada.

[10] A devoção à Virgem da Vitória, expressão quinhentista do culto mariano do Rosário, formalizou-se no calendário litúrgico romano por instituição do papa Pio V, na sequência da célebre vitória naval obtida pela Liga Santa a 7 de Outubro de 1571. No que concerne particularmente à capela de P.º António Afonso, constatamos que o assento de óbito do fundador, firmado em 1645, já a designa sob este título, ao referir o lugar da sepultura: a festa mariana obrigada pelas suas disposições, contudo, seguiu sendo a da Natividade da Virgem, celebrada a 8 de Setembro.

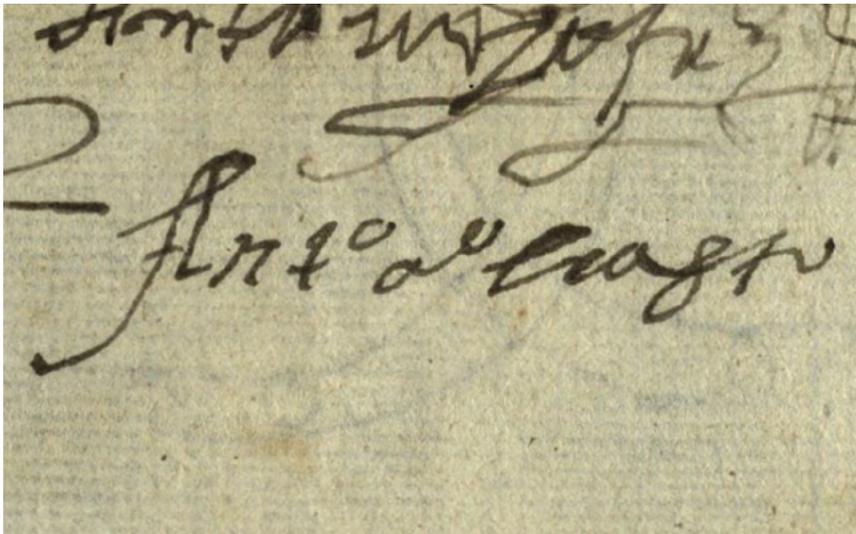


FIGURA 3.

Assinatura do P.º António Afonso Crasto na escritura de venda da sua propriedade do Espinheiro, em Vitorino das Donas, a Guilherme de Campanaer e sua mulher Francisca de Lima, firmada a 5 de Março de 1643.

FONTE · APVD/AMPL

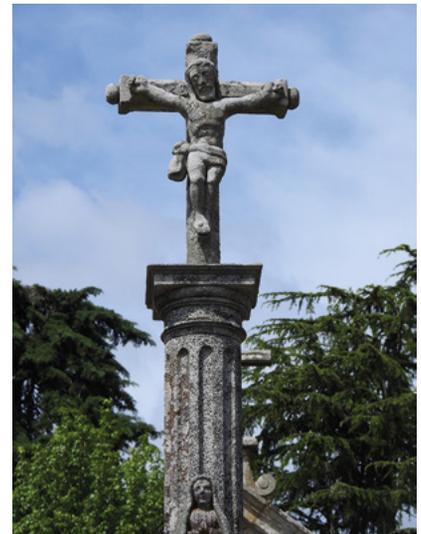


FIGURA 4.

Aspecto do velho cruzeiro que fronteava a capela de Nossa Senhora da Vitória, datado de 1638, transplantado em data incerta para o adro da Capela de S. Bento no lugar de Bouça Velha. Sobressaem as figuras do crucificado e da Virgem, ambas de fina execução, esta aplicada a um fuste gomado sob capitel toscano.

FONTE · Autor

juntos a dita capella”, tudo dotado por escritura lavrada em Santo Estevão da Facha a 27 de Agosto de 1617. Avaliava-se ao tempo o seu rendimento em 1\$200 réis^[11]. Subsiste ainda o cruzeiro que, algumas décadas depois, mandou talhar para o respectivo adro, entretanto transposto para diante da quinta e capela de S. Bento. Numa das faces do plinto divisamos, a custo, a seguinte inscrição, que lhe fixa a memória:

O RD.º P.ª ANT[ÓNI]º / A[FONS]º
CRASTO V / IGAIRO DE
BETORINHO / MANDOV FAZ / ER
A CAPELA / E CRUZEIRO / POR
SUA DEVA / SÃO ANO 1638.

Finda a obra, naquele mesmo ano de 1617, o próprio tomou a iniciativa de sediar nela uma pequenina confraria de sacerdotes, consagrada à padroeira e anexa *in perpetuum* à igreja paroquial. Tendo por fito principal assegurar o sufrágio continuado pelas almas dos irmãos falecidos, obrigava-se também a solenizar as festas da Natividade da Virgem e de Santa Maria Madalena. Para que os confrades se pudessem “recolher nas ocasiões em que foce necessario juntarem-se” — mormente para os jantares daquelas duas festividades — veio mesmo a levantar a suas expensas “hua caza, com sua meza de pedra”, a que mais tarde se acrescentou uma cozinha^[12]. Conforme veremos um pouco abaixo, nem sempre se revelaria pacífica a coexistência entre este organismo e os herdeiros do fundador.

A respeito das origens de P.º António Afonso, pouco se alcança. É teoricamente possível que a sua pessoa se identifique com um António Crasto ordenado a 23 de Dezembro de 1584, filho de Gregório de Crasto e de sua mulher Germineza Pereira, da vila de Caminha^[13] — mas mais provável se afigura que tenha ascendido à ordem após 1588, data que marca o início dum largo hiato nos registos matriculares da diocese^[14]. Semelhantemente, está longe de ser claro se o seu apelido Crasto seria forma de Castro ou se teria valência toponímica — remetendo, por exemplo, para o populoso lugar de Crasto na não distante freguesia da Ribeira, ou para sítios deste nome existentes nas de Cabaços, Correlhã, Estorãos, Santa Comba, Seara ou outras^[15]. Certo é que a 5 de Junho de 1614 o achamos nomeado *ad nutum* para a vigararia de Vitorino das Donas^[16], título a que se refere a epígrafe citada acima; nesta freguesia terá acumulado alguns bens, visto que entre 1640 e 1644 o documentamos vendendo boas propriedades aí sitas a Guilherme de Campanaer e sua mulher Francisca de Lima, do Paço de Vitorino^[17].

Um apontamento histórico sobre a origem da capela preservado entre os papéis da família no Arquivo Municipal de Viana dá a entender que se teria secularizado, já avançado em anos, passando a habitar maritalmente com uma senhora não nomeada^[18]; na verdade, parece ter-se limitado a viver amancebado, sem nunca abandonar o

[11] Note-se que ao então concelho de Santo Estevão da Facha pertencia a vigararia de Vitorino. A escritura está trasladada em ADB, Registo Geral, 19, fls. 13º-19, e boa parte do seu teor vertido para um informe histórico compilado c. 1715 contido em AMVC, FG 47, fl. 1. Graças a este último documento sabemos que dos carvalhos, à data avaliados em 10 cruzados, já nenhum chegou ao século XVIII; decerto a sua madeira foi aproveitada para obras ou rentabilizada pela venda nos primeiros tempos da administração, de modo a custear despesas inerentes ao culto.

[12] *Ibidem*.

[13] ADB, Matrículas de ordem, cad. 9, fl. 106.

[14] Terminam em 1588 no sobredito cad. 9 os registos das matrículas, só se reatando num cad. 10 em 1643.

[15] *Vd.* BAPTISTA, P.º António José; FERNANDES, A. de Almeida — *Toponímia de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2001, vol. II, p. 83. É curioso notar que já em 1509, no Tombo do Mosteiro de S. Salvador de Vitorino das Donas (ADB, Registo Geral, liv. 256-2, fl. 51), se regista nas imediações da igreja paroquial de Fontão, no lugar de Prados, uma leira de herdade “que parte do norte com Gonçalo Afonso de Crasto” Estaremos perante um avoengo fontanense de P.º António Afonso? Agradecemos ao Dr. Jorge Barbosa Teixeira a partilha deste sugestivo indício, que desconhecíamos.

[16] ADB, Registo Geral, liv. 13, fls. 240-240º.

[17] APVD, docs. 54, 55 e 57; escrituras datadas respectivamente de 1 de Fevereiro de 1640, 5 de Março de 1643 e 24 de Maio de 1644.

[18] AMVC, FG, doc. 47, fl. 1º.

[19] ANTT, Chancelaria de Filipe II, liv. 28, fl. 165^v.

[20] ADVC, Paróquia de Fontão, liv. 1 (misto), óbitos, fl. 25. Este assento dá-o ainda como sacerdote.

[21] AMVC, FG, item s/cota atribuída – Caderno de contas e inventários do Tenente-Coronel Bento Pereira Mendes e descendentes, contendo à abertura algumas notas histórico-genealógicas redigidas pelo próprio, fl. 1^v. Conhece-se ainda na freguesia o lugar da Pereira, contíguo ao de Vitória, consagrado na toponímia local por uma Rua da Pereira, que o atravessa.

[22] *Vd. figs.* 7-8 e nota 66. Ressalvamos o cenário – concebível, mas hipotético – de que o uso de armas de Pereira por Bento Pereira Mendes radicasse não na alcunha toponímica do seu avô materno, mas em eventuais antepassados deste apelido na ascendência do P.^o António Afonso, seu bisavô. Com efeito, pelo raiair do século XVII ainda vivia em Fontão um Marcos Pereira, falecido a 12 de Junho de 1603, que teve por filha uma Isabel Afonso (documentada como madrinha na mesma freguesia a 2 de Maio de 1608). Não é de excluir a possibilidade de que estes fossem, respectivamente, pai e irmã do clérigo, e portanto que o primeiro fosse trisavô de Bento. A escassez de documentação paroquial para este período recuado impossibilita qualquer certeza. Agradecemos ao Dr. Jorge Barbosa Teixeira a partilha destes interessantes dados, que podem constituir pistas para uma investigação mais aturada sobre as origens da família.

[23] AMVC, FG, doc. 47, fl. 1^v.

estado clerical. Na Chancelaria de Filipe II documentam-se-lhe dois filhos havidos em Justa Martins, mulher solteira, que legitimou em 1609: Manuel, de quem não temos mais notícia, e Maria Martins^[19]. Veio a falecer em Fontão a 7 de Março de 1645, “com o sacramento de unção por se lhe quitar a fala de repente”, e foi enterrado “na sua capela da Victoria”^[20].

Maria Martins, a seu tempo sucessora no sobredito património, casou a 13 de Maio de 1618 com seu vizinho Francisco Rodrigues da Pereira, natural do lugar e quinta deste nome na mesma freguesia de Fontão, “que fica por de traz da sancristia de Nossa Sñra da Victoria”^[21]. É patente que o apelido de Francisco, transmitido aos seus descendentes e por eles mantido ao longo de várias gerações, se extraía daquele topónimo — não autorizando, à partida, o uso das armas da linhagem do mesmo nome, que posteriormente vieram a assumir^[22]. A seu respeito sabemos, somente, que veio a perder boa parte do legado paterno para as religiosas de Santa Ana de Viana, por tê-lo dado como fiança nalgum negócio^[23]; despojado de morada própria, o casal assistiu desde cedo na vizinha propriedade de Vitória, coabitando com o sacerdote.

Da sua união nasceram dois filhos, de nomes Martim e Joana de Crasto. Do varão sabemos ter casado primeiramente com Catarina Gomes e, depois de viúvo, a 25 de Janeiro de 1677, com Maria Fernandes Guerra, em Viana, sem geração que se apure. Joana, que

veio a ser sucessora na administração do património vinculado, desposou a 19 de Março de 1648 André Fernandes, natural do lugar de Cova do Quilo e morador no da Barca do Porto da freguesia de Cardielos, que mais tarde — decerto por ter vindo viver para a quinta da mulher — terá dado por André Fernandes *da Vitória*^[24]. Deste senhor, filho dum Francisco Fernandes e de sua mulher Ana Martins, apercebemos ter tido um perfil social modesto, chegando a exercer, a dado momento, o ofício mecânico de carpinteiro^[25]. Terá sido o casamento, ao que tudo indica, a permitir-lhe viver de suas fazendas, levando em Fontão uma existência honrosa. É na sua ascendência materna que encontramos o apelido Mendes transmitido a vários membros da geração ulterior da família: por aí procedia de António Mendes, de Cardielos, filho de Afonso Mendes e neto paterno de Gomes Anes e Ana Mendes^[26]. Sobre este costado pesou, por algum tempo, a sombra danosa da impureza de sangue, que mais tarde a família logrará sacudir — atribuindo-a à inimizade duma tal D. Marinha, “molher de muito ma lingoa”, e a outras elocubrações populares sem fundamento^[27]. Pertenceu às primeiras gerações desta família um tal Francisco Mendes, já morador no mesmo lugar da Cova do Quilo e activo no de Barca do Porto, que teve profissão de barqueiro e deu pela a alcunha de *Patarata*^[28]; segundo se alega no processo de habilitação dum

descendente a Familiar do Santo Ofício, teria sido uma alteração sua com a sobredita Marinha, por se haver escusado a “levar para a villa de Viana algũas cousas [...] na sua barca” a ocasionar que o taxasse de “judeu”, granjeando à família a reputação infamante que se lhes colou^[29].

André Fernandes e Joana de Crasto tiveram larga prole, toda nascida na casa da Vitória, alcançando-se-lhes nos livros paroquiais de Fontão 15 filhos e filhas. O primogénito António de Crasto, que também deu pelo nome de António de Crasto Soares^[30], foi baptizado a 1 de Novembro de 1649 e casou a 11 de Abril de 1676 com Domingas de Lima, passando ao Brasil^[31], com geração. Seguiram-se uma primeira Domingas de Crasto, baptizada a 2 de Fevereiro de 1651, que presumimos ter morrido menina; Manuel Pereira, baptizado a 30 de Março de 1652, militar perecido em combate na tomada de Salvaterra do Extremo a 4 de Maio de 1705^[32]; Leonor, baptizada a 25 de Janeiro de 1653; Páscoa, baptizada a 2 de Abril de 1655; Maria, baptizada a 24 de Agosto de 1656; Cecília, baptizada a 26 de Novembro de 1657; uma segunda Domingas, baptizada a 15 de Outubro de 1659; José Pereira, baptizado a 13 de Abril de 1661 e casado com Ana Gonçalves Soutelo, de quem houve o P.^e Francisco Pereira Mendes, baptizado a 17 de Outubro de 1687; João, que veio a professar na Ordem de S. Francisco como Frei João da Vitória, baptizado a 29 de Junho de 1663 e falecido no Bra-

[24] Tal epíteto se lhe afixa, p. ex., na plataforma online Geneall <<https://geneall.net/en/name/562803/andre-fernandes-da-vitoria>> (acedido a 5/6/2022).

[25] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra B, mç. 12, n.º 92, fl. 1.

[26] *Habilitação ao cargo de Familiar do Santo Ofício de Manuel Luís Pereira de Araújo*, ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 130, doc. 2277, fls. 8 *et seq.*, 35 (árvore de costados), etc.

[27] Tal colhemos do processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de seu descendente Manuel Luís Pereira de Araújo, aberto em 1743, ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 130, doc. 2277.

[28] Segundo lemos nos testemunhos de António Álvares Maciel e outros no dito processo de habilitação, foi patriarca da família Afonso Mendes,

que se casou com sua criada Ana (ou Catarina Martins) Lopes, oriunda da Feitosa e filha de clérigo. A mãe desta senhora havia a dado momento ido presa para Braga com uma irmã “por culpas de concubinato, por andarem amancebadas ambas com o tal clérigo, e também por culpas de mezhadeiras”; ao que se extrai do depoimento de Maciel, na sequência deste desfecho, a voz popular fez delas feiticeiras, o que terá contribuído para adensar sombra de irrespeitabilidade que se formara sobre a família. Os sobreditos Afonso Mendes e Ana ou Catarina Lopes foram avós paternos de Ana Martins, e como tal bisavós de André Fernandes, dito da *Vitória*. Afonso Mendes viria a ser designado pelo descendente Manuel Luís Pereira de Araújo, numa árvore genealógica que após ao seu processo de habilitação, de “senhor da Barca do Porto” (*idem*, fl. 35) – dignidade fantasiosa que parece ter sido concebida para camuflar o ofício de barqueiro exercido por alguns dos primeiros membros da família, como o referido *Patarata* (*vd.* fig. 1).

[29] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 130, doc. 2277, fl. 9. No decurso dos interrogatórios, ocorrem no processo algumas versões divergentes sobre esta Dona Marinha e as circunstâncias particulares que conduziram à calúnia – mas todas concordam em atribuir-lhe a culpa pela suspeita de judaísmo que desde então permeou a família, e que o barqueiro de Cardielos, “por cauza da sua grande pobreza”, nunca teve capacidade de combater judicialmente (*idem*, fl. 14). Foi a mesma agravada por injúrias posteriores, de que também se registam aí alguns coloridos exemplos.

[30] Permanece um mistério a súbita erupção nos fastos familiares do apelido Soares, que faz a sua primeira aparição nesta geração, não se lhe discernindo a origem em qualquer costado imediato. Bento Pereira Mendes, que não o portou, virá a figurá-lo nas suas armas, na variante de Soares de Tangil – a respeito do que *vd.* as figs. 7-8 e nota 66.

[31] Já aí estava em 1703; *vd.* fl. avulsa inserta entre as fls. 33 e 34 do sobrecitado caderno de contas de Bento Pereira Mendes, ADVC, FG, item s/ cota atribuída.

[32] ANTT, Registo Geral de Mercês, D. João V, liv. 10, fl. 66. Note-se que a praça de Salvaterra havia sido tomada pelas tropas do duque de Berwick em Maio do ano anterior, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola, e nesta data a retomaram as forças portuguesas, comandadas pelo marquês de Minas.



FIGURA 5.

Batalha de Almansa, grande pintura a óleo sobre linho titulada *Las armas de las dos coronas, contra las de los portugueses, ingleses y olandeses, el día 25 de Abril de 1707.*

FONTE · Museu do Prado, Madrid

sil; Isabel Pereira, baptizada a 12 de Abril de 1665, casada a 27 de Maio de 1702 com Manuel Álvares Leitão, de quem houve pelo menos uma filha; André Pereira, baptizado a 4 de Dezembro de 1666; Bento Pereira Mendes, baptizado a 25 de Março de 1668; Gaspar Pereira, ou Soares, baptizado a 19 de Janeiro de 1674, assistente no Rio de Janeiro pelo começo de setecentos; e, finalmente, Simão Pereira, baptizado a 1 de Novembro de 1671, casado a 28 de Junho de 1706 com Apolónia de Araújo, sem geração que apuremos.

Expirando Joana de Crasto a 23 de Novembro de 1702, e tendo André Fernandes falecido já a 13 de Fevereiro de 1694, acabaria por suceder na administração da capela da Vitória o décimo terceiro filho destes — e sexto varão — sobre cuja memória nos debruçamos na secção que segue.

Relance dum bravo

Conquanto esteja hoje totalmente esquecido, mesmo no torrão em que nasceu, o nome de Bento Pereira Mendes ressoou outrora, no âmbito regional, com algum ribombo. Atesta-o bem claramente a resposta do cura de Fontão à questão n.º 18 do inquérito para as *Memórias paroquiais de 1758*, “[s]e há memória de que florescessem, ou dela saíssem, alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas”:

“[d]e prezente, e pouco preterito, floreceo nesta freguezia em Armas,

que chegou a Governador dellas desta Provincia do Minho, Bento Pereira Mendes, filho de paes humildes.”^[33]

Esta menção, registada já alguns anos após a sua morte, equiparava-o ao único outro notável reconhecido à freguesia — o famoso Lourenço de Amorim Pereira, florescido um tanto “mais de preterito”, defensor heróico da praça de Monção na guerra com Castela após os eventos de 1640, e senhor do vizinho Paço ou Casa Grande de Fontão. Não foi Bento o primeiro da família a atingir distinção na carreira militar. Do seu tio paterno Domingos Fernandes, de Cardielos, sabemos ter servido por espaço de 38 anos em praça de Soldado Infante pago, Soldado de Cavalo e Cabo de Esquadra, participando “com satisfação e valor” em vários dos confrontos da Guerra da Aclamação na raia Minhota e campanha da Galiza — e chegando a ser ferido por uma bala mosqueteira na defesa do castelo de Lapela^[34]. Duma folha de serviços com data de 1699 extraímos que o futuro administrador da capela da Vitória se iniciou na carreira das armas a 28 de Janeiro de 1684, pela altura em que aquele terminava a sua. Em tempos de relativa paz, como esses foram, a sua prestação expendeu-se essencialmente em missões de âmbito local e de apoio à justiça, tais como a escolta de presos e de material bélico. Ainda assim, em 1691, na patente de Alferes, teve oportunidade de brilhar numa acção disciplinadora em Barcelos

^[33] CAPELA, José Viriato, ed. — *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: s/n., 2003, p. 345.

^[34] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra B, mc. 12, n.º 92, fl. 2.

[351] *Ibidem*.

[361] *Idem*, fl. 1.

[371] *Idem*, fl. 2.

[381] ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, liv. 53, fl. 156.

[391] *Idem*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, fl. 66.

[401] Documento elencado numas *Memorias dos papeis que ficam nas gavetas*, da mão do próprio Bento Pereira Mendes, como “item, o meu testamento que fiz coando fui para a Beira”, integrando o inventário de bens que ficaram por morte da sua mulher Catarina Pereira; AMVC, item s/ cota atribuída – Caderno de contas..., fl. 21°. Numa nota datada de 1705 a fls. 44 do mesmo caderno extraímos que o herdeiro principal ou universal teria sido seu irmão Gaspar Soares: “se Deos me levar nesta camp.^a nada lhe devo, pois q̃ tudo lhe deixo.”

[411] AMVC, FG, doc. 47, fl. 1°: “[e]m o anno de 703 indo o *dito* Bento Pereira Mendes para Monsão ajustou na vespora a noute com Dr. Domingos de Campos que lhe havia de dizer missa logo que amanheçese na *dita* capella, por lhe não demorar a jornada, e tardando o *dito* a vir dizer missa, foi o *dito* Bento Pereira [e] guardou a chave em hum volso, e levoua comsigo, de que rezultou não se dizer mais missa na *dita* capella sem o *dito* outra vez recolher a sua caza [...]”

[421] Ocorrida a 25 de Junho de 1706.

[431] ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, fl. 66.

“[...] em que acompanhou seu capitão com cincoenta soldados infantes, e dez de cavallo [...] a devaçar o motim que os moradores fizerão para levantarem Juiz do Povo, prendendo na villa de Prado o primeiro cabeça de motim.”^[351]

À data em que se abalançou ao hábito de Cristo, contando treze anos no exército e alçado ao posto de Ajudante de Infantaria, ainda não se provara em campo de batalha, mas os seus préstimos já se afiguravam suficientemente honrosos para lograr escusa face à baixa condição de seu pai — que num primeiro momento se lhe havia assinalado como impeditiva^[361]. Significativamente, tal dispensa é expedida também em atenção aos serviços do tio Domingos, de que Bento era herdeiro na ausência de descendentes directos^[371]. Pela mesma altura, o cúmulo destes desvelos já lhe valia uma tença de 18\$000 réis, registada na Chancelaria de D. Pedro II^[381]. Em 1700, contando trinta e dois anos e na patente de Sargento-Mor, foi nomeado por três meses e meio para a tutela do Castelo de Viana, seu primeiro encargo de governança, mas a escalada do conflito pela sucessão ao trono espanhol (quadro em que Portugal integrava, desde 1703, a *Grande Aliança* leal ao arquiduque da Áustria) acabou por chamá-lo ao calor da peleja. A folha dos seus serviços para os anos de 1700 a 1709, inclusa na mercê duma tença ao filho Manuel Luís, dá-nos uma crónica aturada deste período particularmente intenso, pri-

meiro na raia alentejana e depois na porfiada campanha de Castela, sob o comando do Marquês de Minas^[391]. Logo em 1703 foi mandado para Monção — jornada que não quis empreender sem fazer testamento^[401], e ouvir uma última missa na capela familiar da Vitória^[411] — e daí para Almeida e Alfaiates, cerca da vila de Sabugal, a comboiar 500 carros de munições. Entre 1705 e 1706 participou nas operações do exército da Beira no Alentejo e Badajoz, e seguidamente nas retumbantes tomadas de Alcântara e de Ciudad Rodrigo — abrindo caminho à entrada das nossas forças em Madrid e à triunfal, se bem que afinal efémera, aclamação de Carlos III^[421]. Ao seu terço, especificamente, se ficou devendo a tomada de Jadraque, já cerca de Guadalajara; nesta última cidade, é dito que se submeteu a especiais perigos “na repartição dos mantimentos e na guarda que fez para reconhecer o bosque, como também na occazião em que 700 infantes e 300 cavallos se forçarão as guardas que estavam nos moinhos de Jagona”^[431]. No dia 25 de Abril de 1707 achou-se Bento com o seu terço na decisiva batalha de Almansa, junto a Albacete, que veio a configurar um nefasto ponto de viragem para as forças aliadas. Aí verteu sangue e foi capturado pelo inimigo, escapando entanto com a vida e a honra ilesas. Sabemos que a memória das raízes não o abandonou nestes momentos de provação: do voto que então fez à Senhora da Vitória, padroeira do vínculo familiar,

[44] AMVC, FG, mc. 795, doc. avulso titulado “Fontão: Capela de N.ª Sr.ª da Vitória”; aí se regista que tal lápide se implantava na parede sul da capela-mór.

[45] *Vd.* CALDAS, José – *História de um fogo-morto: subsídios para uma história nacional, 1258-1848*. Porto: Chardron, 1903, p. 553.

[46] Conjunto composto por duas casas sobradadas, compradas a Maria Pereira de Passos a 1 de Fevereiro de 1715, anexas a uma que já aí possuía anteriormente, conforme anota o próprio num dos seus inventários de bens; *vd.* AMVC, FG, doc. 47 S, fl. 50.

[47] Esta senhora faleceu em Monserrate a 28 de Julho de 1704, *vd.* AMVC, FG, doc. 47 S, fl. 2. A sua memória ficou preservada, ainda que tenuemente, na devoção familiar, por via da obrigação duma missa na festa litúrgica de Santa Catarina, estipulada pela instituição da capela e vínculo de S. Bento da Bouça Velha em 1733. Catarina Pereira, filha de Francisco Vaz e de sua mulher Domingas

Pereira *Triga*, era forçosamente muito mais velha que Bento Pereira Mendes, visto que contraíra o seu primeiro matrimónio a 22 de Janeiro de 1663, antes deste ter sequer nascido. A casa da Rua do Trigo contava-se entre os seus bens.

[48] AMVC, item s/ cota atribuída – Caderno de contas e inventários de Bento Pereira Mendes, e descendentes, fl. 1.º das nótulas biográfico-genealógicas que abrem o volume.

[49] Em 1703, Bento sucedera na administração da capela familiar da Vitória, e sensivelmente pela mesma época apropriara-se, “por hua rematassam” (ADB, Registo Geral, liv. 156, fl. 110^v) da vizinha quinta de Bouça Velha, que fora na maior parte de seu irmão maior António Crasto, dando 330\$000 réis; a 1 de Janeiro de 1705 adquiriu ao irmão Manuel Pereira a casa torre (entenda-se *sobradada*) aí existente por 116\$046 réis; *vd.* AMVC, item s/ cota atribuída – Caderno de contas..., fls. 9 e 9^o.

deu testemunho numa lápide que mandou gravar e apor à primitiva capela de Fontão, hoje sumida. Conhecemos-lhe o teor graças a um apontamento feito por Figueiredo da Guerra no último quartel do século XIX:

SENDO ADMINISTRADOR DESTA
CAPELA BENTO PER[EIRA]
MÊ[N]DES CAVALEIRO DA
ORDEM DE XP.º E TENENTE
CORONEL DA INFANTARIA, A
MANDOU REFORMAR A SUA
CUSTA E[M] O ANO DE 1711 POR
N. S. DA V[ITÓRIA] LHE HAVER
LIVRADO A VIDA CÕ[M] HÕ[N]
RA NA BATALHA DE ALMÃ[N]SA
E[M] 25 DE ABRIL DE 1707.^[44]

É bom de ver que os esforços e riscos que esta campanha lhe exigiu teriam aureolado o militar dum prestígio invejável; regressado ao Minho em 1708, é lealmente recompensado com o alto cargo de governador da praça de Melgaço, no qual serve por largos anos e com apetecíveis soldos. Em 1750, ano da sua morte, encontrá-lo-emos ainda activo na hierarquia do exército, ao cabo duns impressionantes sessenta e seis anos de serviço, na patente de Coronel e desempenhando interinamente o Governo das Armas da província^[45].

Sendo de relativo sossego os anos que se seguem ao seu retorno de Castela, o honrado guerreiro pode voltar-se para a fruição e engrandecimento do seu património de Fontão — onde assiste a espaços, repartindo o restante tempo entre Melgaço e a sua residência na Rua

do Trigo, em Viana^[46]. Sabemos que a 17 de Fevereiro de 1690 desposara na paróquia de Monserrate uma senhora muito mais velha de nome Catarina Pereira *Triga*, mulher que ficara de seu tio Bento Pacheco do Lago, enviuvando catorze anos volvidos^[47]. Ainda que infrutífero e não particularmente duradouro, o enlace não foi desprovido de consequência, visto que logrou enriquecê-lo apreciaavelmente: herdeira universal do primeiro marido, a mesma acabou por deixar ao segundo todos os seus bens (“por cujo respeito”, regista expressivamente o próprio numa nótula biográfica à cabeça dum seu livro de contas, “lhe he obrigadissimo a sua alma”^[48]).

Em 1709, achando-se sem geração e já aproximando os cinquenta anos de idade, entende Bento contrair segundas núpcias e constituir família, de modo a dar continuidade à velha casa em que sucedera^[49]. A consorte, Mariana Antónia Barbosa de Araújo, à data com trinta, era filha de Domingos Carvalho, de Fontão, e de sua mulher Maria Barbosa de Araújo, esta procedente dalgumas famílias principais da Gandra e Gemieira^[50]; o matrimónio celebra-se por procuração a 27 de Julho, só se conhecendo e falando os nubentes no dia seguinte na fazenda de Bouça Velha, “onde tiveram o primeiro ajuntamento”^[51]. A união surtirá cinco filhos: Bento José, baptizado a 18 de Junho de 1710, que seguirá carreira na religião como presbítero secular^[52]; Manuel Luís, baptizado a 24 de Dezembro de 1712, que fez

uso dos apelidos Pereira Mendes e Barbosa, formado em Cânones por Coimbra, deserdado^[53]; José António e Fernando, baptizados respectivamente a 20 de Maio de 1714 e a 14 de Junho de 1716, que não medraram^[54]; e finalmente um segundo Manuel Luís, baptizado a 19 de Janeiro de 1718, que portou os apelidos Pereira de Araújo Barbosa, seguidor do pai na profissão das armas e a seu tempo sucessor no património vinculado.

Além de assegurar a durabilidade e o continuado enobrecimento da casa, esta aliança rendeu o adicional proveito de lhe robustecer a base fundiária na freguesia, e concomitantemente a preponderância local. Com efeito, Mariana trouxera em dote férteis propriedades no lugar de Piela, de onde era natural seu pai, e cerca da quinta de Bouça Velha — contíguas a outras já aí detidas pela família.

Da documentação pertinente a esta época da vida de Bento ressaltam claramente os contornos dum viver afidalgado, constando que pais e filhos se tratavam “limpa e abastadamente com todo o luzimento, bestas e criados, como pessoas principais”^[55]. Aquando duma inquirição extrajudicial ao filho Manuel Luís, corria a década de 1740, as testemunhas inquiridas estimavam os proventos do casal em mais de doze mil cruzados^[56], o que permitia arrolá-los decididamente entre as famílias “abundantes de bens”, mesmo à escala dos seus vizinhos de Viana. Dum rol de móveis compilado na década de 1730 colhemos alguns

lampejos sugestivos no que toca à materialidade do seu viver doméstico: abundam as boas peças de marcenaria, os têxteis ricos e a joalharia em ouro; aqui e além, pontuam peças extravagantes, como o é “uma cruz de diamantes muy linda” comprada pela impressiva soma de 39\$000 réis^[57]. Também os aturados inventários de propriedade coligidos pelo militar, nomeadamente de terras por si arrematadas, deixam transparecer uma dinâmica expansiva e de franca asserção, particularmente no torrão natal de Fontão, fosse adquirindo parcelas a lavradores vizinhos ou porções dos legados dos próprios irmãos, por vezes em satisfação de dívidas. No mesmo caderno se documentam frequentes empréstimos a juros acertados com pessoas de Fontão, Viana e respectivas circumvizinhanças, ocasionalmente traduzidos em penhoras^[58].

Zelosos da honra que esta proeminência lhes conferia — e quiçá um tanto excessivos na sua defesa, por consciência da origem modesta de que provinham — o Coronel e os seus filhos revelar-se-ão por vezes truculentos, e não se furta- rão a criar tensões na freguesia. Não deixará de ser sintomática dos agudos brios familiares a jura blasfema um dia proferida pelo mais fogo destes, Manuel Luís, segundo a qual “mais facil lhe seria arrenegar a fee de Jesus Cristo, do que a Caza de seus Paes” — desmando que lhe chegou a valer uma denúncia ao Santo Ofício^[59]. De modo semelhante, o facto de em certa ocasião o P.^e António

[50] Maria Barbosa de Araújo, natural do lugar de Vila Verde em S. Martinho da Gandra, onde foi baptizada a 4 de Dezembro de 1645, foi filha de Gonçalo Gomes e de sua mulher Maria Barbosa. Esta, por sua vez, foi uma das várias filhas naturais do licenciado Francisco de Araújo Barbosa, opulento abade da Gemieira e comissário do Santo Ofício, cuja varonia remontava aos primeiros Araújo.

[51] AMVC, item s/ cota atribuída — Caderno de contas... fl. 1.

[52] Foi este Bento António inquirido *de genere* em 1730; *vd. ADB, Inquirições de genere*, processo n.º 1385.

[53] AUC, Índice de alunos, letra M, doc. 7211; registo de matrícula a 1 de Outubro de 1730 e formatura a 12 de Junho de 1736. Na década de 1750, por razões que não aclaramos, achamo-lo preso na cadeia de Viana; *vd. AMVC, FG, doc. 47Q. Quanto à sua exclusão da herança paterna vd. idem, doc. 47S, fls. 17 et seq.*

[54] Dalguns apontamentos alinhavados por seu pai à cabeça do supracitado Caderno de contas (*vd. nota 21 acima*) colhemos que o primeiro pereceu a 15 de Dezembro de 1715, com pouco mais de um ano, “depois de ter havido hũa cruel febre 45 ou 46 dias e hũa irzipella [erisipela], *que* depois de o picarem e botar as primeiras [ilegível] nunca mais lhe renderão os piquos, e teve o maior fastio que pode haver”; já o segundo morreu a 20 de Agosto de 1720, cerca dos quatro anos de idade, “de bexigas que lhe cobrirão a garganta.” O Tenente-Coronel remata este segundo registo com a ternurenta nota: “foy linda couza muy alegre [e] bem pareseo sempre do ceo para onde foy.”

[55] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 130, doc. 2277, fl. 52.

[56] *Idem*, fl. 16^v.

[57] *Idem*, fl. 5.

[58] *Vd. AMVC, item s/ cota atribuída — Caderno de contas... fls. 9 et seq.*

[59] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 130, doc. 2277, fl. s/n.

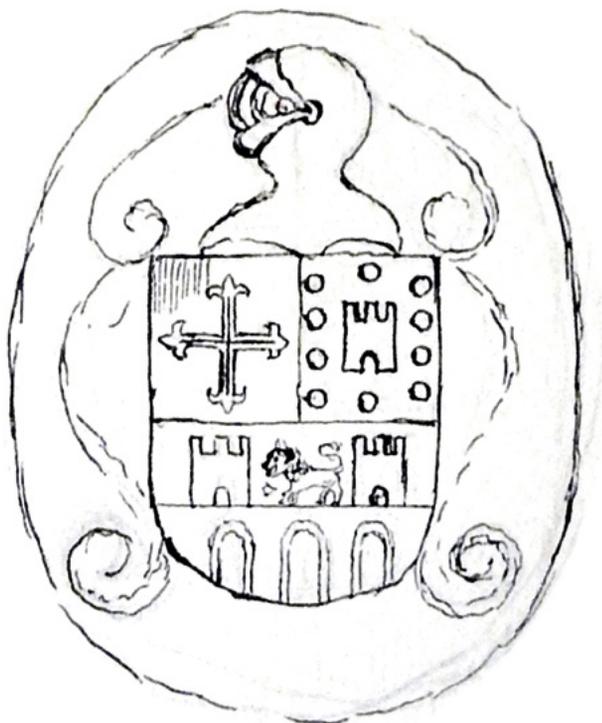


FIGURA 7.

Tarja com as armas de Bento Pereira Mendes, aposta em 1710 ao arco cruzeiro da sua capela de Nossa Senhora da Vitória: escudo cortado, a primeira faixa partida de Pereira e Castro (de Burgos, por vezes dito Burgal) e a segunda plena de Soares de Tangil, sob elmo e acolchoado por estilizado paquife. Desenho realizado pelo Dr. Luís de Figueiredo da Guerra no final do século XIX.

FONTE: AMVC



FIGURA 8.

Pedra de armas com os mesmos conteúdos da anterior na cimalha do retábulo granítico da capela de S. Bento, c. 1734; o escudo surge aqui em cartela e rematado por coronel de nobreza.

FONTE: Autor

Luís da Silva não ter aguardado pelo velho militar e pelas “pessoas de sua Caza” para começar a missa paroquial foi tido por suficientemente ultrajante para que o mesmo jovem se sentisse no direito de “amarrá-lo pellas mãos na san-cristia, dizendo [que] o havia de faquear”^[60]. Também a aplicação dumas bengaladas ao vizinho Domingues Jácome, e de “pancadas” a outros lavradores, “por offensas a familia”, ficaram registadas nos fastos da sua conflitualidade^[61]. O porfiado processo de habilitação de Manuel Luís ao cargo de Familiar do Santo Ofício, corrente entre 1741 e 1745, desdobra-se na função de crónica destes e doutros episódios — que, ainda assim, não lhe chegaram a vedar o acesso à dignidade pretendida.

Da capela da Vitória à de S. Bento

Particularmente duradouro e agastante parece ter sido o feudo que a família susteve com algum do clero local a respeito da administração da capela da Vitória, em especial após o regresso de Bento Pereira Mendes da campanha castelhana. É bem patente que a presença deste lugar de culto no seio da comunidade (facejando uma pequena mas buliçosa via, que com o tempo lhe rendeu a designação corrente de Nossa Senhora da Vitória *da Estrada*^[62]), vinha fomentando um genuíno apego popular à invocação aí cultuada. Da sua interpenetração com a piedade local dá

vivo testemunho, nos livros paroquiais, a profusão de baptizadas de nome Vitória, infrequente noutras áreas do concelho, sensível logo a partir do segundo quartel de seiscentos; sabemos também que aí viçou desde data incerta uma concorrida romaria, com clamores das freguesias de Lanheses e S. Pedro de Arcos, realizada ao oitavo dia de Setembro de cada ano, ainda referida nas *Memórias paroquiais* de 1758^[63]. Com razão ou sem ela, a pequena irmandade de sacerdotes erigida por vontade do fundador havia-se habituado a considerar o templozinho como património seu, e a governá-lo com escassa ou nenhuma ingerência por parte dos sucessores vinculares — nutrindo-se também das fartas esmolas que tais devoções invariavelmente rendiam.

Embalado decerto pelo enorme prestígio com que reentrara no torrão natal, e pela abastança de que já então gozava, o militar cedo empreende medidas para imprimir a este património algumas marcas da sua tutela. Vimos acima que num primeiro momento lhe apôs uma lápide votiva — patenteando publicamente o seu penhor à padroeira, mas ao mesmo tempo reforçando, de modo subtil, o carácter da capela como lugar de memória familiar. Pouco depois, a estrutura conhece obras de consolidação, forro e telhamento, por si custeadas, “pois que tudo estava derrotado do tempo”, bem como uma modernização da frontaria — desvelos que os confrades parecem ter aceite sem pro-

[60] *Idem*, fls. 16-17.

[61] *Idem*, e.g., fls. 18 *et seq.*

[62] Assim a encontramos referida, com efeito, nalguma documentação do século XVIII, como por exemplo na numa provisão para embargos de capítulo de visita de 1790; *vd.* ADB, Registo Geral, liv. 210, fls. 232-232'.

[63] CAPELA, *As freguesias do distrito de Braga...*, p. 345.

testo, por lhes pouparem despesa^[64]. Coroam-se os trabalhos no ano de 1710 com a aposição duma tarja heráldica ao fecho do arco cruzeiro, por licença arquiépiscopal de 6 de Junho^[65]. Supomos que a curiosa composição aí figurada — armas de Pereiras, Castros (de Burgos, também ditos Burgais) e Soares de Tangil — tenha sido assumida *ad hoc* por Bento, pois que não lhe encontramos registo em carta de brasão, e não é seguro que o utente descendesse de quaisquer indivíduos armígeros destas linhagens^[66]. Independentemente da sua licitude, a peça — preponderantemente implantada — teria sempre assinalado de modo eloquente uma pessoalização do espaço, formalizando perante os fiéis aí afluentes a sua reivindicação como sede vincular, indissociável do património e da identidade da estirpe.

É quando Bento intenta substituir-lhe os retábulos mór, da Madalena e de Santo António, “com suas pinturas em brulesco” [*sic*, por *brutesco*]^[67] — necessitando a suspensão do culto regular que então aí se cumpria — que a irmandade riposta, tardia mas firmemente, pedindo o embargo de todos os trabalhos e fazendo estalar um conflito aberto pela posse do edifício. Entre os papéis pertinentes a esta questão no Fundo Figueiredo da Guerra encontramos representações do argumentário de ambas as partes: os confrades reclamando que o testamento de P.^o António Afonso não aprovisionava explicitamente os direitos

dos herdeiros, e que a confraria sempre zelara *de facto* pela capelinha, enquanto o embargado asseverava que a chave da mesma nunca deixara de andar na posse da família — nomeadamente, desde 1703, “num seu volso” [bolso] — e que os descendentes do fundador lhe haviam acudido várias vezes com concertos e melhoramentos^[68]. Não aclaramos com precisão os trâmites do processo, mas o certo é que o velho militar acabará por emergir vitorioso na década de 30, aceitando a parte rival a prossecução das obras e aposição de novo remate heráldico a 25 de Abril de 1733^[69]. O triunfo legal consagra-o como administrador *in solidum* da capela, e parece ao mesmo tempo ter destruído a razão de ser da confraria — que, nas *Memórias* de 1758, já não consta entre as elencadas à localidade.

Ao longo dos anos tensos em que se arrastou o pleito, a paróquia sempre demonstrou uma forte reserva — para não dizer uma franca animosidade — face à progressiva acumulação de direitos eclesiásticos lograda pelo Coronel junto da Mitra. Num informe de 1 de Fevereiro de 1714 que se apen- de ao processo de licenciamento de confessorário, por exemplo, o então pároco Sisto Magalhães da Cunha manifesta-se desabridamente contra os argumentos do suplicante, considerando a mercê fútil e “mais para Regalia de suas pessoas do que para servisso de Deos”. Empreendendo desmontar as razões de conveniência que aquele alegara, tantas vezes em-

[66] Não nos demoramos neste artigo sobre as intrigantes armas de que fez uso Bento Pereira Mendes, nem levantamos a difícil questão da sua razão de ser à luz da genealogia familiar; um trabalho que vimos desenvolvendo em co-autoria com Manuel Guilherme de Vasconcelos, votado ao levantamento sistemático da heráldica monumental do concelho de Ponte de Lima, providenciará ocasião para afluor o assunto com o rigor conveniente. *Vd.* também nota 22 acima.

[67] AMVC, FG, doc. 47C, fl. 1^o.

[68] *Idem*, doc. 47, fls. 1-3^o.

[69] AMVC, FG, doc. 47I, fl. 1.

[64] *Vd.* p. ex. AMVC, FG, doc. 47, fl. 1v. Preservam-se avulsas, entre os demais papéis pertinentes à capela neste arquivo, algumas contas respeitantes a tais trabalhos, como a da obra do telhado inclusa no item FG 47H, montando a 1\$280 réis.

[65] ADB, Registo Geral, liv. 129, fls. 216^o-219^o.

pregues de modo formulaico neste tipo de requerimentos, contrapõe que “o supplicante fica distante da igreja pouco mais do que fica a ditta cappella”, e que o privilégio se pede “so para se eximir em to-tum da Matriz” e “com subtileza [...] fica[r] também com o domínio de nos dias santos se dizer missa todos os dias e horas que lhe pa-recer”. Da sua invectiva ressalta um sumário retrato, em si mesmo interessante, da vida religiosa da paróquia a esse tempo, como que dividida entre dois lugares de cul-to concorrentes:

“[...] em alguns dos referidos me achei com pouca gente na missa convinctual [paroquial], e disse que era pois tinhamos duas Parochias na freg.^a, e que não era necessario ler o Catecismo ás paredes, e que naque-lle lugar se assistião os dias santos e de jejum, e por se não acharem na missa do dia, muitas vezes se não guardavam os preceitos de Deos. [...] e da Matriz se não faz caso, como se não ouvera [...].”^[70]

As más relações perduravam na década de 1740, autorizando o filho Manuel Luís a atribuir o inicial descaminho do seu proces-so de habilitação junto do Santo Ofício à intervenção de “algumas pessoas mal affectas a nobreza da sua Caza, por lhe fazerem mal com a lingoa pello não poderem fazer em outra forma”; à cabeça dos supostos detractores coloca, entre outros malquistos,

“[...] o P.^e Antonio Pereira Cardozo parrocho da freguesia de S. Thiago de

Fontão por contas de hūas desavenças que teve com Meu Pay Bento Pereira Mendes Governador actual de Melgaço sobre hūa cappella de que o do Meu Pay hé administrador, e como as contendas fossem pezadas este mão parrocho se poderia vingar com a lingoa, e na mesma freguesia o P.^e Francisco Xavier, da facção do mesmo parrocho [...].”^[71]

Neste quadro, deve ter-se afigu-rado particularmente ultrajante para os brios da paróquia a cons-trução duma segunda capela par-ticular, a que Bento se abalança cerca de 1730 — fosse por deses-perar com a prolongada pendência dos autos pertinentes à primeira, que impediam a continuação das obras aí começadas, ou por se ter renovado na sua ambição pela ca-pitulação da confraria em Abril de 1733. Para justificar a necessidade do novo lugar de culto, encastoa-do “nos postais [portais] da sua quinta de Bouça Velha” — onde entretanto estabelecera morada — o Coronel alega à Mitra ficar distante esta casa tanto da igreja paroquial como da primitiva ca-pela da família. A tal descómodo, francamente exagerado na peti-ção, acresce, segundo a fórmula corrente neste tipo de pedidos, uma alusão às “lamas e chuivas que no inverno de ordinario se encontrão”, a “três portellos” que atravessam o caminho, “tudo en-compativel a honestas pessoas”^[72]. Aí se propunha dar à veneração o seu padroeiro onomástico — o Patriarca S. Bento — a Virgem da Vitória e Santa Catarina, com obrigação de missa nas respecti-

[70] *Idem*, doc. 47C, fl. 1^o.

[71] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 130, doc. 2277, fl. 33. O protesto do peticionário é interposto a 13 de Setembro de 1743.

[72] ADB, Registo Geral, liv. 156, fls. 110-114: 110.



“
O retábulo, lavrado em granito,
adere no essencial ao desenho
dos seus congêneres regionais
em talha, estruturado por
colunas torsas e arquivoltas
concêntricas.

”

FIGURA 9.

Aspecto geral do interior da capela de S. Bento da Bouça Velha em meados do século XX, mostrando-a convertida em armazém agrícola, já visivelmente danificada e desprovida da imagem do padroeiro.

FONTE: AMPL

vas festividades (21 de Março, 7 de Outubro e 25 de Novembro). A fim de fabricar o lugar de culto, “para sempre e enquanto o mundo durar”, fez escritura de dote em Braga a 22 de Julho de 1733, provendo-o do rendimento de toda a quinta da Bouça Velha, que constituía bem livre, salvo uma leira já obrigada a três missas pela sua extinta irmã Maria de Crasto. Como o património disponível pudesse não render, na estimativa de informadores, mais de 1\$000 réis, juntou-lhe alguns campos do quinhão da mulher, por procuração sua, contíguos à mesma fazenda^[73]. É decerto um testemunho da influência do velho militar que — não obstante a relativa extravagância do pedido e a manifesta má vontade do clero da freguesia — os trâmites se tenham processado desenvoltamente, obtida a licença logo em 1733 e dando-se a obra por “perfeita e acabada” em 1739^[74]. Dados os atritos latentes, não surpreende que o sacerdote nomeado para a benzer tenha sido o cura da vizinha Freguesia de S. Pedro de Arcos, ao invés do pároco local, como era de uso^[75].

Nada alcançamos, infelizmente, a respeito da notável obra de cantaria, que terá sido objecto de contrato com algum bom mestre local. O retábulo, lavrado em granito, adere no essencial ao desenho dos seus congéneres regionais em talha, estruturado por colunas torsas e arquivoltas concêntricas. A recriação pétreia deste modelo configura uma solução original, mas não única — pois que um

exemplar em tudo semelhante, decerto saído da mesma mão ou oficina, se preserva na vizinha capela pública de S. Cristóvão^[76]. Como na da Vitória, o apanágio heráldico do administrador domina o espaço consagrado, a partir do seu posto altaneiro na cimalha do retábulo.

Ao contrário de seu bisavô P.^o António Afonso Crasto, que se fizera inumar na capelinha por si fundada, Bento Pereira Mendes não foi sepultado na que ergueu em Bouça Velha. Falecendo vinte e seis anos volvidos sobre a sua construção, em lugar incerto — não lhe localizamos o assento de óbito^[77] — sabemos ter sido depositado num túmulo que tinha em Monserrate, onde mais tarde se lhe juntariam os ossos de seus filhos P.^o Bento José e Manuel Luís^[78]. Não dispondo de certezas quanto à sua exacta localização, parece-nos provável que fosse sito na grandiosa igreja que aí tinham os Dominicanos, de cuja Ordem Terceira o militar era irmão de hábito desde 25 de Março de 1718^[79].

A jeito de epílogo

Por três gerações seguiram as capelas de Fontão e bens anexos na descendência de Bento Pereira Mendes. A partir da metade do século XVIII possuiu-as o seu sobrecitado filho Manuel Luís, reformado no posto de Sargento-Mor do Regimento de Infantaria de Viana. Na vizinha vila de Lanheses, a 26 de Novembro de 1745,

[73] *Idem*, fls. 110^v-111.

[74] *Idem*, liv. 98, fls. 29^v-31^v.

[75] AMVC, FG, doc. 47N, fl. 1.

[76] Foi este benzido por licença de 14 de Julho de 1752, o que se poderá tomar como indicativo da data de feitura; *vd.* ADB, Registo Geral, liv. 107, fls. 424-425.

[77] Parece-nos provável que tenha falecido em Melgaço, onde não subsistem assentos de óbito anteriores ao século XIX.

[78] AMVC, FG, item s/cota atribuída – Caderno de contas..., fl. 93 [não num.], que começa “Hoje 21 de Agosto pellas 6 para as 7 da noute...”.

[79] AMVC, FG, mç. 1050, doc. s/cota atribuída – Diploma de tomada de hábito do Tenente-Coronel Bento Pereira Mendes na Venerável Ordem Terceira de S. Domingos.

[80] Diz-nos Figueiredo da Guerra num apontamento genealógico que esta senhora casou contra a vontade dos pais (AMVC, FG, 795, doc. avulso). Fosse como fosse, nesta união assenta a estreita ligação de parentesco entre os subsequentes morgados de Vitória e S. Bento e a família materna do próprio Figueiredo da Guerra; tal facto pode bem ter contribuído para incrementar o seu interesse na Casa de S. Bento e respectiva memória arquivística.

[81] Propriedade sita no lugar da Granja e encabeçada numa capela de S. João, instituída em 1674 por Domingos Gomes Barbosa e sua mulher Natália de Abreu Pedrosa; fora transmitida a Mariana Luísa Pereira de Barros Lima pelos seus antepassados Álvares Seixas.

[82] SOARES, Franquelim Neiva – *A sociedade pontelimensense na primeira metade do século XIX: o Inquérito do Arciprestado de 1845-1846*. Ponte de Lima: Arquivo de Ponte de Lima, 1986, pp. 113-114. Ai se lê que as capelas eram então administradas por um “Manuel Luiz Ferreira”, sendo este apelido evidentemente erro (por Pereira).

[83] O volume em falta corresponde ao intervalo 1781-1802.

[84] AMPL, 2.5.1.26, fls. 83-86; testamento datado de 24 de Abril de 1870. Luís de Passos Pereira de Castro, contemplado com as quintas de que aqui nos ocupámos, nasceu em Viana a 28 de Abril de 1830, filho de João de Passos Rocha Pereira de Castro e de sua mulher e prima Maria do Coração de Jesus Pereira de Castro. Era alferes em 1865; a 27 de Agosto de 1877 casou em Monserrate, Viana, com Guilhermina Coelho da Silva, e pouco após passou ao Brasil, onde teve os seus seis filhos e veio a falecer.

desposara este senhor Mariana Luísa Pereira de Barros Lima — procedente duma família patricía vianense, enriquecida ao tempo do afamado médico Gonçalo de Barros^[80]. Pelo seu falecimento, ocorrido na casa da Rua do Trigo a 21 de Agosto de 1781, sucedeu o primeiro dos seus seis filhos, João António Pereira de Araújo Barbosa, baptizado em Monserrate a 13 de Maio de 1752, que somaria ao legado paterno a administração do vínculo dito de S. João, em Lanheses, por herança de sua mãe^[81]. Nem um nem outro se documentam em qualquer fase da vida como moradores permanentes em Fontão; remetendo os domínios que aí detinham, primariamente, à função de quintas de rendimento, e entregando-os à cura de caseiros, a sua tutela não podia ter deixado de corresponder a uma fase de relativa decadência na história destas propriedades. Não surpreende, assim, que o *Inquérito do Arciprestado* de 1845-1846 já liste a capela de S. Bento como “segura, mas indecente”, e a de Vitória, apesar de decente, como desprovida de paramentos^[82]. Do casamento de João António com Maria Bernarda Pereira Marques do Couto, de Portuzelo, houve, entre outros filhos, aquele que seria o último senhor do património vincular da família: o Tenente de Infantaria Manuel Luís Pereira de Araújo Barbosa. Nascido ao redor de 1790, não lhe achamos assento de baptismo — talvez porque, ao contrário de seus irmãos, tenha recebido o sacramento em Fontão,

onde se perdeu o livro paroquial para o período relevante^[83].

Ao invés dos seus antecessores imediatos, este segundo Manuel Luís habitou primariamente na casa de S. Bento, pelo menos nas últimas décadas de vida. Aproximando-se da morte, que lhe sobreviria aí a 15 de Dezembro de 1870, pode dispor livremente destes bens, uma vez que o regime vincular havia sido abolido sete anos antes. Havendo permanecido solteiro, e tendo falecido em sua vida uma filha natural que legitimara, entendeu legar os que tinha em Lanheses ao seu criado Manuel Antunes Ribeiro, natural de Portuzelo, com compromisso de lhe manter a capela de S. João aí sita; todos os demais, mormente os de Fontão, couberam ao amigo e também militar Luís de Passos Pereira de Castro, posto o encargo de zelar pelas capelas de S. Bento e de Nossa Senhora da Vitória. Digno de nota é o facto de ter querido ficar sepultado nesta última, devendo trasladar-se para uma campa junto à sua os ossos da falecida filha Maria José. São estas as últimas inumações aí documentadas^[84].

Para além de marcar o término duma continuidade familiar de mais de dois séculos, este desfecho inaugura uma fase particularmente desafortunada da história material de ambas as propriedades: passadas lestageiramente à posse de estranhos, tanto a veneranda capela fundada pelo P.^o António Afonso Crasto como a morada senhorial levantada por Bento Pereira Men-

des na quinta de Bouça Velha serão demolidas antes do fecho do século, quiçá por haverem decaído ambas ao ponto de ameaçarem ruína^[85]. A capelinha de S. Bento logrou sobreviver, mas profanada: dalgumas fotografias que nos chegam de meados da centúria seguinte vemos que se reduzira à função de armazém agrícola^[86]. Todo o seu recheio se perdeu salvo os lavores em duro granito, que os elementos não foram capazes de corroer. À mesma voragem sucumbiram, por certo, muitos documentos que o Dr. Luís de Figueiredo da Guerra já não foi a tempo de resgatar aquando da sua visita à propriedade no Outono de 1892^[87].

Deixou escrito Ruy Belo, num seu célebre poema, que as casas — “mudas testemunhas da vida” — também “nascem, vivem e morrem”^[88]. Mas se o tempo é força que abate e silencia; a memória é arte que reconstrói e repovoa, restituindo espessura humana ao momento e ao lugar. Como esperamos tenha ressaltado ocasionalmente destas páginas, a memória das velhas casas que pontuam (ou pontuaram) a paisagem da Ribeira Lima é um pólo simbólico de valência agregadora. Mais do que herança particular de dada família ou classe, nela se entrecruzam, não raro, os referenciais partilhados das comunidades, as raízes fundadas do seu imaginário colectivo e os códigos para a compreensão de todo um meio físico e cultural. Em boa hora vêm os Arquivos Municipais assumindo, como verdadeira causa de interesse público, a mis-

são de salvaguardar e valorizar o património que esta topografia imaterial configura.

[85] Já a casa da Vitória, primeira morada da família em Fontão, parecer sobrevivido, conquanto decadente, até meados do século XX. José Rosa de Araújo descreve-a ainda (*Velhos caminhos e pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo: s/n, 1962, p. 74) nos termos seguintes: “[a] moradia denota muita antiguidade. Tem ainda uma esbelta escadaria com seu corrimão de pedra. O tecto da sala principal mostra, pintados, os símbolos heráldicos da família aristocrática que a possuiu. Nos muros, aqui e ali, pedras trabalhadas indicativas de uma opulência arquitectural que desapareceu. [...] Há aproximadamente 30 anos, um comerciante de Lanheses comprou as pedras, mandou-as desmontar e erguer naquela antiga vila, onde hoje se podem ver fazendo parte de um prédio na esquina que, do Largo da Feira, leva à igreja Paroquial. Fronteira [...] havia a capela. Desapareceu há muito, e os muros foram aproveitados para uma habitação de gente humilde.”

[86] Contam-se duas de entre uma colecção de fotografias existente no AMPL, colhidas sensivelmente entre as décadas de 1950 e 1970, ainda sem cotas arquivísticas atribuídas; *vd.* fig. 8.

[87] AMVC, FG, mç. 795, doc. avulso titulado “Quinta de S. Bento – Fontão”.

[88] BELO, Ruy – *Homem de Palavra(s)*. Lisboa: D. Quixote, 1969, p. 59.



FIGURA 10.

Desenho aguarelado figurando um oficial de cavalaria; papel avulso contido entre documentos relativos ao filho e neto de Bento Pereira Mendes (ambos militares) no arquivo da Casa de S. Bento.

FONTE: AMVC

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

- ADB | Arquivo Distrital de Braga
- ADVC | Arquivo Distrital de Viana do Castelo
- AMPL | Arquivo Municipal de Ponte de Lima
- AMVC | Arquivo Municipal de Viana do Castelo
- ANTT | Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- APVD | Arquivo do Paço de Vitorino das Donas
- FG | [Fundo] Figueiredo da Guerra

FONTES MANUSCRITAS

- As fontes manuscritas que serviram à realização deste trabalho, correspondendo em boa parte a documentação avulsa e dispersa por vários arquivos, referenciam-se em detalhe nas notas de rodapé; escusamo-nos a duplicar tal informação sob a forma dum elenco final, que seria necessariamente muito extenso.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

- ARAÚJO, José Rosa de – *Velhos caminhos e pontes de Viana e Ponte de Lima*. Viana do Castelo: s/n, 1962.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- BAPTISTA, P.^e António José; FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2001.
- BELO, Ruy – *Homem de Palavra(s)*. Lisboa: D. Quixote, 1969.
- CALDAS, José – *História de um fogo-morto: subsídios para uma história nacional, 1258-1848*. Porto: Chardron, 1903.
- CAPELA, José Viriato, ed. – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: s/n, 2003.
- PAIVA, Maria Amélia da Silva – *As portadas na arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima: estruturas, funções e significados*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2011.
- SOARES, Franquelim Neiva, ed., *A sociedade pontelimense na primeira metade do século XIX: o Inquérito do Arciprestado de 1845-1846*. Ponte de Lima: Arquivo de Ponte de Lima, 1986.
- STOOP, Anne de – *Arquitectura senhorial no Minho*. Porto: Caminhos Romanos, 2015.